

Problemas e desafios da regulamentação das apostas esportivas e jogos de azar online no Brasil

[Confira o nosso Manifesto!](#)



idec 
instituto de defesa
de consumidores

Contexto histórico

A aprovação da [Lei 13.756/18](#) que criou o mercado de apostas e jogos online no Brasil teve as suas atividades iniciadas no país mesmo sem a regulamentação das regras para operação e publicidade para o funcionamento no mercado brasileiro e sem a criação de uma autoridade governamental para fiscalizar e monitorar as atividades das empresas denominadas bets.

Com a Lei aprovada, mas ainda sem regulamentação, em 2019 a primeira casa de apostas a operar no Brasil foi a [Bet365](#). A empresa foi fundada em 2000 na Inglaterra por uma família tradicional e liderada pela quarta mulher mais rica do mundo pela Forbes em 2024, [Denise Coates](#), no segmento de jogos de azar online.

Entre 2019 e 2023, muitas outras empresas entraram no mercado brasileiro e passaram a operar apenas baseada na Lei aprovada e sem regulação. Essa lógica inclusive contradiz o [Decreto 9.215/1946](#).

Sem a regulamentação, que só foi aprovada com a [Lei 14.790/23](#), que se encontra em fase de execução, a maioria das empresas em operação no Brasil possui suas sedes em outros países e paraísos fiscais e não têm qualquer tipo de controle ou fiscalização no Brasil. As empresas com pesados investimentos em marketing e publicidade se espalharam por todo o país e atuam com liberdade e sem nenhuma preocupação com os impactos que suas atividades trouxeram ao Brasil.

Com a Lei da regulamentação aprovada somente no final de 2023, o processo de implementação ainda é longo e a maioria das medidas que já se mostram ineficazes só terão validade a partir de 2025, como, por exemplo, a obrigatoriedade das empresas possuírem sede no Brasil.

Os problemas causados pelas apostas e jogos

Além do lobby dos defensores pela aprovação das atividades das empresas, pouco foi discutido sobre as responsabilidades e impactos na saúde mental e financeira da população. As empresas atuam pesadamente no negócio de apostas e jogos de azar. As apostas online compreendem uma atividade com os palpites dos apostadores e, inicialmente, atraiu um dos esportes mais difundidos no país, o futebol, e, rapidamente, avançou para outras modalidades esportivas.

Paralelamente, as empresas passaram a oferecer os jogos online que consistem de uma variável de algoritmo onde a combinação de elementos define o ganhador da aposta. As duas modalidades se popularizaram rapidamente. No caso dos jogos pela simplicidade e semelhança aos jogos de caça-níqueis proibidos no Brasil no passado recente juntamente com os bingos por uma série de irregularidades e máquinas viciadas, lavagem de dinheiro e endividamento da população.

Podemos dizer que os atuais jogos do Tigrinho, Foguetinho, entre outros são versões online dos caça-níqueis e que também apresentam o mesmo risco de vício de programação, onde o apostador sempre estará em desvantagem para os algoritmos.

Diferentemente dos bingos e caca-níqueis, onde os apostadores precisavam se deslocar até o local de jogos, as apostas e jogos online entraram na vida das pessoas 24 horas por dia pelos aparelhos de celulares, estão na sala, na mesa de refeição e na cama. Não há como escapar do assédio. Com a população afetada pelo isolamento durante a pandemia, as empresas avançaram rapidamente e impulsionadas pelos influenciadores digitais e sem regulamentação escalaram rapidamente. Segundo informações da CNN, [o crescimento foi de 734% entre 2021 e junho de 2024](#) e os estragos na vida financeira da população brasileira cresceram na mesma velocidade.

Os efeitos da demora na regulamentação com ausência de regras e transparência das atividades estão espalhados por todo o país, com centenas de milhares de brasileiros destruídos financeiramente. Além do elevado número de dependência nos jogos, vários setores econômicos são impactados pela redução do consumo de bens e serviços. Os recursos saem da economia real e são drenados para um setor especulativo que não gera riqueza e nem fortalece a economia real. Uma preocupação de todos os setores de produção, comércio varejista, alimentos e entretenimento, o dízimo de igrejas e até a população em situação de vulnerabilidade alimentar que desvia recursos do Bolsa Família para jogos e apostas.

O endividamento das famílias se alastrou por todo o país, potencializando um histórico elevado de endividamento, pelo excesso de uso de crédito, elevadas taxas de juros e ausência de educação financeira e agora impulsionado pelos cinco anos de ausência de regulamentação de apostas e jogos online.

A aprovação da Lei de apostas esportivas em 2018 jamais deveria ter sido feita sem um debate amplo sobre a regulamentação prévia. Um mercado de apostas envolve uma série de questões legais, econômicas e sociais que precisam ser cuidadosamente consideradas para garantir a segurança dos consumidores e a integridade das competições esportivas.

Esse intervalo de tempo evidencia um descaso e desrespeito com a sociedade brasileira, o que vemos agora é uma situação irreversível de danos a saúde mental e financeira e destruição de patrimônios e famílias, além de envolver crianças e incentivar fraudes com falsa publicidade de ganhos fáceis e irreais, com mecanismos de retenção de recursos, ganhos ilusórios, aliciamentos de pessoas, retenção de recursos conquistados para reter o apostador em busca mais de ganhos, falta de transparência de regras.

Por todos esses motivos, não poderia ter sido aprovada uma Lei que autorizou as apostas, sem uma base regulatória previamente discutida com toda a sociedade e os setores envolvidos, além da clara atuação de lobistas das empresas e interesses políticos. A regulamentação em vigor através da Lei 14.790/2023 chegou tardiamente e já bastante defasada e segue sendo implementada durante o ano de 2024 e, quando estiver com suas bases concluídas, entrará em vigor efetivamente em 2025.

Até lá, como frear essa doença que destrói a vida financeira e saúde mental de milhares de brasileiros? A pergunta é como cuidar da epidemia de dependentes de jogos de azar, do superendividamento potencializado pelos jogos, da proteção de crianças e jovens expostos em ambientes eletrônicos, dos tributos não recolhidos, das regras descumpridas, da confiança nos campeonatos de futebol e outros esportes, dos beneficiários de programas sociais que foram cooptados para o mundo de apostas. Até lá, continuaremos enxugando gelo.

O que deve ser feito

Para a lei das apostas esportivas não ser prejudicial aos consumidores seria importante que houvesse primeiramente uma autoridade governamental responsável pela supervisão, monitoramento e fiscalização de todas as empresas de apostas e jogos online. Além de:

- regulamentações claras e rigorosas em relação à proteção dos apostadores;
- regras rigorosas de publicidade em todos os meios de comunicação eletrônico e presencial e horários de veiculação;
- programas patrocinados previamente com espaços e recursos para tratamento de dependentes em jogos de azar sem uso do recurso público do SUS;

- política de regras de jogos de apostas com proibição da participação de atletas e dirigentes esportivos;
- regras e limites de apostas de jogos online com garantia de transparência nas operações das empresas de apostas;
- fiscalização e combate práticas ilegais, como manipulação de resultados e lavagem de dinheiro; proibição de publicidade através de influenciadores digitais;
- não associação de jogos de azar à política de investimentos e nem de renda extra;
- proibição de distribuição de bônus que em recurso financeiro para cadastro prévio em aplicativos e apostas e jogos eletrônicos;
- elevação da carga tributária em patamares semelhantes ou superiores à indústria de tabacos e bebidas alcoólicas;
- criação de um fundo de reparação aos danos causados pelos cinco anos de atividades sem regulamentação no Brasil..

Além disso, é preciso ter o uso de termos de advertência sobre os riscos associados ao jogo em todos os recursos dos aplicativos e o acesso ao ambiente de apoio para aqueles que desenvolvem problemas com o jogo. Recursos essenciais para proteger os consumidores.

Após a aprovação da Lei em 2018 e da Lei da Regulamentação em 2023, o Ministério da Fazenda já editou o decreto que criou a Secretaria de Prêmios e Apostas SPA e dezenas de portarias complementares que ainda carecem de análise da sua efetividade e prazo de implementação.

Em resumo, estamos tentando trocar as asas de um avião em pleno voo com milhares ou até milhões de pessoas a bordo. Os desafios são gigantescos dadas as condições que a lei entrou em vigor, e somente cinco anos depois a regulamentação é aprovada com muitos desafios que não foram discutidos e centenas de novos interessados querendo ingressar nesse mercado.

Para as entidade do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor e dos centros de tratamentos em dependência de jogos de azar é um grande desafio saber como acolher e evitar que consumidores, especialmente de menor renda, não sejam cooptados pela publicidade agressiva e a grande exposição aos aplicativos e recursos de acesso às apostas e jogos online, sem privar o direito de acesso ao entretenimento e o cuidado com a vida financeira.